



SOCIEDADE ABERTA

A espuma dos dias



Domingues de Azevedo

Bastónario da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Sem surpresa, as boas notícias do regresso aos mercados foram sol de pouca dura. As nuvens negras voltam a ameaçar a poucos dias do regresso dos técnicos da 'troika' ao nosso país. Só o governo, face à evidência das circunstâncias, é que insistiu que a economia dava sinais de viragem. A revisão em toda a linha das previsões dão conta que

os indicadores económicos fundamentais para o país sair do atoleiro pioram todas as semanas. Até as exportações, argumento que o governo não se cansou de elogiar, estão a recuar.

O Executivo acreditava que ao bater no fundo, a economia ia naturalmente crescer, aos poucos. Negligenciou a espiral recessiva e pensou que seria possível fazer em três anos um reajustamento que levou três décadas a destruir. Nada mais errado.

Enquanto isso, a nova lei da faturação agitou toda a semana que passou. A disposição legal que obriga os consumidores a apresentarem a fatura quando confrontados com uma ação de fiscalização desencadeou uma espécie de "revolta" popular.

Neste como noutros casos, exacerbou-se o acessório e subvalorizou-se o essencial. A espuma ficou à tona. Entendamo-nos: medidas desta natureza ou sucedâneas têm um efeito positivo numa lógica de erosão de uma arreigada cultura de fraude e evasão fiscais em que os infratores são ainda vistos como heróis. É positivo introduzir mecanismos de coresponsabilização do adquirente em relação ao ato praticado.

Ninguém de bom senso, especialmente o contribuinte que paga de forma honrada os seus impostos a tempo e horas, concordará com quem foge de forma impune aos seus compromissos tributários. Até porque há uma ilação óbvia que é a seguinte: se todos pagarmos, todos pagaremos menos um pouco. Acontece é que as pessoas devem ser mobilizadas para pagar impostos, mas pela positiva.

O pior é que se confundiu o lado pedagógico com a vertente repressiva da caça à multa. Ainda para mais numa altura em que o cidadão contribuinte está especialmente sensível e com os nervos à flor da pele. Um Governo que a par de tomar medidas difíceis, o faz de modo desprovido de bom senso, é como um elefante numa loja de porcelanas. E mais "destrutivo" se torna se governar sem explicar em detalhe o que realmente pretende.

Qualquer Executivo, seja de que cor política for, deve informar e esclarecer de forma clara os destinatários das suas disposições legais. Fazer as leis, não chega. Legislar sem avaliar os efeitos colaterais da execução, remetendo-se para o executante da lei a definição ou o alcance de risco é um caminho perigoso em que não se deve persistir.

É preciso bom senso e harmonizar a legislação, para que não existam discrepâncias e contradições. A Caixa Geral de Depósitos, o banco público, confirmou que ainda não cumpre a lei da faturação. A este ponto chegámos: o Estado obriga o pequeno comerciante a ter um sistema de faturação certificado, mas mostra-se permissivo com entidades bancárias e seguradoras. Incompreensível e que só pode ser entendido como a proteção dos poderosos.

A bem de quem cumpre, é preciso fazer leis coerentes, amigáveis e sem discriminações de qualquer espécie.

O português nunca compreendeu a lógica dos "dois pesos e duas medidas". ■

O autor escreve ao abrigo do novo acordo ortográfico